

dada a urgência, as Santas Casas atendem muito bem os doentes cirúrgicos, porque eles não podem esperar. Então há o catgut, o anestésico, há todo o material. Mas quando chega o instante de atender doentes de enfermarias de clínicas médicas, Srs. Deputados, nós esbarramos com uma dificuldade tremenda, que é aquela da medicação que as Santas Casas não estão em condições de dar a esses doentes. Então, vem o problema do provedor da Irma, daqueles que dirigem esses hospitais, que pedem para que o médico supra essa falta com suas amostras. E assim é que uma grande maioria acaba se internando na Santa Casa e, tendo alta nessa mesma Santa Casa, sem conseguir o medicamento necessário para sua doença. No máximo, o que conseguem, muitas vezes, é, por assim dizer, diminuir a sua fome crônica. No entanto, isto seria de certa forma sanado, isto poderia ser corrigido.

Por isso mesmo, e sentindo esse problema, logo que chegamos a esta Casa, apresentamos um projeto de lei propondo a criação de um laboratório de indústria farmacêutica do Estado. Mas, projeto de lei de suplente, nesta Casa, anda devagar. Tenho a impressão de que este suplente vem, vai e este projeto de lei não virá a Plenário. Por isto é que eu pretendo trazer ao conhecimento desta Casa todo o drama, todo o horror da indústria farmacêutica nas Santas Casas, porque, dando conhecimento deste problema, eu não tenho dúvidas de que os Srs. Deputados não deixarão de reclamar, amanhã, a discussão e votação de projeto de lei desta natureza.

O Sr. João Batista Botelho (Com assentimento do orador) — Nobre Deputado, esse projeto de V. Exa. caracteriza perfeitamente o que a Nação reclama neste instante. Esse projeto vem ao encontro perfeitamente das reformas e se coaduna perfeitamente com aquilo que o povo brasileiro está, na praça, a exigir do Congresso: a reforma. Parece até que um grupo numeroso de deputados vai marchar para Brasília a fim de exigir a reforma; e este projeto do nobre deputado vem coadunar perfeitamente com a reforma.

Por isso eu acho que ante uma Assembleia, que é a essência da reação, possivelmente este projeto de V. Exa. não virá a Plenário, porque é um projeto que corresponde perfeitamente aos anseios populares. Por isso V. Exa. está reclamando com muita razão, com muita propriedade, e eu estou certo de que dificilmente este projeto virá a Plenário para discussão, porque ele se enquadra perfeitamente com as reformas.

O Sr. TRONCOSO PERES — De acordo, nobre Deputado. Há quem entenda que o Estado, ao propor a criação de um laboratório de indústria farmacêutica estará cometendo o erro que já se convencionou chamar estatismo, que é a intromissão na indústria privada. Mas acontece que em virtude daquilo que vai acontecendo para a humanidade os homens vão mudando de idéias e de opiniões, e, consequentemente, modificada a opinião da criatura humana, também se modifica a sua conduta.

Este Governo, o próprio Governo do Estado de São Paulo, que é um Governo conservador, já ele mesmo sente a necessidade de intervencionismo, tanto que ele tomou a iniciativa de construir uma fábrica de adubos, porque sabem e percebem que se não for assim, os lavradores do interior do Estado continuarão sendo espoliados e roubados pela indústria do adubo químico.

O Sr. Costabile Romano — V. Exa. me concede um aparte? (Assentimento do orador.) Deputado, V. Exa. está explanando essa situação terrível, quando da discussão do projeto de lei do nobre deputado Ariovaldo Rosete, como grande conhecedor das coisas do Interior. E V. Exa., ilustre médico conceituado entre os seus colegas, e aqui nesta Casa como um dos deputados mais eficientes, está dando a todos nós praticamente uma lição de como funcionam os hospitais de misericórdia no Interior. E V. Exa. diz muito bem, que os médicos já não acreditam e não têm mesmo esperança de melhores dias, porque eles, os hospitais, não funcionam de acordo com as suas necessidades. Mas peço licença a V. Exa. para, aproveitando essa bondade de V. Exa., fazer um apelo ao presidente do IPESP sobre uma anomalia que está ocorrendo em Ribeirão Preto. O Governo do Estado, anterior, mandou construir, no bairro de Vila Virgínia, no Município de Ribeirão Preto, um ginásio para funcionar naquele bairro. Mas acontece que o ginásio está quase pronto, faltando apenas a distribuição elétrica, para o seu funcionamento. No entanto, eu, como representante daquela cidade nesta Casa, tenho conhecimento de que o IPESP não tomou ainda nenhuma providência para que fossem estendidos, naquela região de Ribeirão Preto, os fios necessários para o funcionamento do ginásio. Então, aproveito a bondade de V. Exa., para chamar a atenção do presidente do IPESP, para que tomasse as imediatas providências para que fossem completadas as instalações elétricas daquele próprio do Governo do Estado, para que se pudesse por imediatamente em funcionamento aquele ginásio. Agradeço a V. Exa.

O Sr. TRONCOSO PERES — De maneira que, Srs. Deputados, encontram-se as Santas Casas em grandes dificuldades; como sempre viveram da caridade pública, mal podendo alimentar os doentes, internados se vêm elas e bracos, hoje, neste período de inflação com um problema analfabético que é aquele do preço dos medicamentos.

Diz-se que o próprio Governador do Estado sente a necessidade de ser intervencionista, de ser também pelo estatismo quando se propõe a encampação do fabrico de adubos para fornecimento deste material aos lavradores, há de reconhecer, como adubo que é teneba também nesta Casa

um líder que é médico, que é uma necessidade absoluta a iniciativa da intervenção do Estado na indústria farmacêutica. E' ela possível, e é desejável? E' a pergunta que formulamos neste instante, nesta Casa. Ela é possível, e é mais desejável, não o é o contrário dos preços dos produtos farmacêuticos. Porque os senhores têm aqui um quadro em que verão (e é profundamente chocante o preço dos produtos farmacêuticos na farmácia e o preço desses mesmos produtos, feitos pelo laboratório) do Hospital das Clínicas.

Enquanto que uma unidade X de Agrol na praça fica em 1.500 cruzeiros, o Hospital das Clínicas esse mesmo produto custa 220 cruzeiros; antiflogestine — os senhores estão vendo no quadro — custa 1 mil cruzeiros na praça; no Hospital das Clínicas custa 225 cruzeiros; Colubiazol, na praça custa 6.508 cruzeiros; no Hospital das Clínicas custa 319 cruzeiros!

O Sr. Costabile Romano — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador.) Deputado, V. Exa. está demonstrando através da tribuna, e o faz com tanto brilhantismo, que o Presidente João Goulart, naquela memorável noite do dia 13, estava com a razão. Vê V. Exa., pois, que o Presidente da República, que teve a coragem, no Palácio das Laranjeiras, de denunciar ao povo brasileiro o traste farmacêutico, estava com a razão. Os reacionários, que nesta Casa permanentemente desejam atacar S. Exa. pelas atitudes que tem tomado em benefício do povo brasileiro, encontram, em V. Exa., Sr. deputado, também um escla-recedor da opinião pública ao dizer ao povo quanto esse traste está roubando o povo de São Paulo e do Brasil. Portanto, está V. Exa. de parabéns ao trazer essa estatística, com os preços dos medicamentos, que demonstra o alto lucro desses laboratórios, que ainda pode ser mais elevado com a importação das matérias primas que esses laboratórios fazem. Com este preço menor V. Exa. poderá ver o lucro que eles auferem à custa do povo brasileiro, o que é revoltante. Portanto, está de parabéns V. Exa., que vem secundar as palavras do Presidente da República ao demonstrar à nação quanto está ela sendo roubada pelos trastes internacionais.

O Sr. ARISTIDES TRONCOSO PERES — Mas, Srs. Deputados, é pena que um exame rápido, neste contraste de preços, é profundamente chocante. Mas temos a obrigação de ser absolutamente honestos quanto à nossa exposição. Ocorre que também estes laboratórios dispõem de barbaridades com a propaganda.

O Sr. Cid Franco — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. ARISTIDES TRONCOSO PERES — Em seguida.

A propaganda está exatamente cara. Os senhores já fizeram propaganda em campanha eleitoral e podem avaliar em quanto fica uma folha destas que exibo. Como este laboratório faz, assim fazem os demais, gastam uma fortuna com a propaganda. E quem vai pagar essa propaganda? Aquele que não pode. Depois, então, que houve a intervenção de laboratórios estrangeiros, esta propaganda se tornou muito mais cara. Os laboratórios nacionais passaram a sofrer as consequências disso e estão acabando por desaparecer.

Tem o aparte o nobre deputado Cid Franco.

O Sr. Cid Franco — Nobre Deputado, não quero tomar o tempo de V. Exa. V. Exa. está pronunciando um dos mais importantes discursos que tenho ouvido nesta Casa. Não desejando tomar o tempo de V. Exa., interromper sua argumentação, seu raciocínio, apenas digo que o Partido Socialista Brasileiro está inteiramente de acordo com o discurso de V. Exa. até o momento e espero que esteja de acordo até o fim.

O Sr. ARISTIDES TRONCOSO PERES — Agora, a situação é esta. Pode o Estado produzir drogas para, de certa forma, minorar esta situação de angústia das Santas Casas do Interior? E' a pergunta que formulamos. Se se tomar em consideração que quase um terço da despesa de um hospital Santa Casa no Interior do Estado corresponde a produtos farmacêuticos, verão os senhores como pesa na manutenção de um hospital desta natureza a droga, o medicamento.

(Muito bem!) Se os Srs. tomarem em consideração — e posso assentir, com a maior das convicções — porque fui médico durante 30 anos no Interior do Estado, e que nunca temos o medicamento necessário para os doentes da Santa Casa, o que sempre foi feito com grande economia, reduzindo uma atendimento muito precário. V. Exas. não de concordar comigo que a despesa com as drogas, com os medicamentos na Santa Casa corresponde a mais ou menos a metade da sua receita.

O Sr. João Batista Botelho (Com assentimento do orador) — No custo mencionado no quadro que V. Exa. expõe, no que se refere ao Hospital das Clínicas, está ainda subentendido o superfaturamento denunciado pelo Sr. Ministro da Saúde. Então, por isso, vem a necessidade inadiável das reformas, pois se não houvesse esse superfaturamento o custo para o Hospital das Clínicas seria talvez, de acordo com a denúncia, 39% menos do que o que consta aqui.

O Sr. ARISTIDES TRONCOSO PERES — Exato. E não precisamos os Srs. Deputados que neste preço está computado apenas e simplesmente a compra da droga e o seu fabrico. Aqui está computado tudo, inclusive aluguel das máquinas, da casa, compra do vidro e da caixa. Só não estão incluídos o lucro, o imposto de vendas e contribuições e a propaganda.

Mas a pergunta que se formula é esta: Pode e é desejável esta indústria farma-

cêutica ou não o é? Não é preciso que eu dê a resposta, toques a sentença. E eu acredito mesmo que sintam todos na sua própria carne, quando vão à farmácia comprar medicamento. Se isso ocorre conosco, que temos alguns recursos, que somos pessoas da classe média, o que não aconteceu com aqueles que vivem humildemente, com o miserável salário que mal dá para alimentar a sua família?

O Sr. Oswaldo Massei (Com assentimento do orador) — Quanto aos remédios, embora não sendo médico, eu posso adiantar alguma coisa, pois tive contato direto com os trabalhadores de São Caetano do Sul, e verifiquei que a maior dificuldade do doente não é a assistência médica e sim os remédios. Aqueles trabalhadores, depois de serem atendidos pelos médicos do Pronto Socorro que mantemos em São Caetano do Sul, iam ao Gabinete do Prefeito para dizer que não tinham condições para comprar os remédios. Acho que V. Exa. defende neste instante tese importantíssima, pois o maior problema do doente, como já disse, não é a assistência médica — é a possibilidade de poder mandar aviar as receitas, comprar os seus remédios. E os laboratórios continuam a se enriquecer, a aumentar as suas fábricas. Acho que V. Exa., com o profundo conhecimento que tem, como médico que é, atende bem ao apelo de uma população sofrida como é nossa, nesse setor.

O Sr. Aristides Troncoso Peres — Essa situação nunca veio a público. Mas de repente ganha a publicidade. Já não conseguem mais deter a onda de inquietação, principalmente no que se refere às Casas do Interior do Estado. Tem-se consciência agora do problema e sabe-se que elas podem por si só resolver este problema, porque se o Hospital das Clínicas tem o seu laboratório, produz medicamentos, se existe o Instituto Butantã, que também produz medicamentos, o Juqueri, que também produz medicamentos, porque não podem os hospitais do Interior cuidar da produção de medicamentos? E' evidente que o podem.

Assim é que na Mojiana surge o primeiro brado, o primeiro grito de alerta e a Santa Casa, a belíssima Santa Casa, a bem cuidada Santa Casa de São José do Rio Pardo reuniu-se às santas casas das cidades vizinhas, Casa Branca, Capão, Vargem Grande, São João, Tambau, Gramma, Pindorama, e já neste instante têm compradas as máquinas para o seu laboratório de indústria farmacêutica. Apenas fazem um apelo ao Sr. Governador para que lhes dê um auxílio, que eu julgo modesto, que eu julgo modesto, pois para uma obra desta, para uma realização desta natureza, pedem eles apenas 10 milhões de cruzeiros, porque estão convencidos que os demais recursos eles mesmos angariarão e construirão os seus laboratórios. Se assim é, esta Santa Casa, com homens, com médicos ilustres, homens dotados de espírito público, criaturas que se preocupam com o bem coletivo, nos quais eu confio inteiramente, nos quais não paira a menor dúvida de que terão o êxito seguro, na realização desse laboratório, dará um exemplo às demais santas casas do Interior do Estado e tenho a convicção de que, deflagrada esse movimento, ninguém mais o deterá.

Mas não basta só que as santas casas se congreguem. E preciso também que o Estado tenha o seu laboratório de indústria farmacêutica. Bem maior do que aquele que ele tem realizado até agora. Porque estou seguramente informado de que o Estado de São Paulo, só com o setor da saúde, sem contar Juqueri, sem contar Butantã, sem contar Força Pública, sem contar Hospital das Clínicas, despende 2 bilhões de cruzeiros por ano com drogas. Ora, se por este quadro os Srs. podem verificar que estas drogas, fabricadas pelo Estado, ficam 10 vezes mais baratas do que compradas, e se ele gasta 2 bilhões de cruzeiros com drogas, no setor saúde, é claro que tendo um laboratório, no primeiro ano ele pagará a manutenção desse laboratório e ele terá ainda uma economia, calculo, da ordem de 1 bilhão de cruzeiros. Por que, então, não se cogitar disto logo, da instalação desse laboratório, que não viria prejudicar os laboratórios particulares, é bom que se diga, porque no instante em que esta população que já vive aflita pela mais crescente da inflação, que vive desnutrida, que vive diminuída por todas as parasitoses, que vive num regime de anemia, podem ter uma saúde compatível com aquilo que é de se exigir, esta população será muito mais produtiva, e sendo muito mais produtiva, será mais rica, sendo mais rica, não terá necessidade de produtos fornecidos pelo Estado, porque o que se deseja não é que o Estado continue a oferecer esmolas; não é de caridade que a população precisa. O que precisamos é evitar que continue a população necessitando do leite que lhe fornece o Posto de Tuberculose, que continue a receber o comprimido ou o vermifugo no Posto de Saúde. E isto só se consegue se o Estado for constituído pelo menos de criaturas que não vivem nas condições de doentes crônicos, como vive atualmente mais de 2/3 dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo.

O Sr. José Luiz Cembranelli (Com assentimento do orador) — Nobre Deputado, preliminarmente desejo felicitar-lo pela sua explanação. E, como médico, julgo que não é somente com referência aos produtos farmacêuticos que os preços são elevadíssimos, mas também quanto a produtos de outras necessidades que têm os seus preços excessivamente elevados pelos trastes que os exploram. Hája vista o caso da lavagem, espoliamento o arroz.

Estamos na safra desse cereal. O seu preço baixou para 5 mil cruzeiros e os revendedores estão vendendo a 19 e 20 mil cruzeiros a saca. Quanto ao assunto tratado por V. Exa., digo que, como médico, tenho utilizado produtos da flora medicinal de meus doentes, pois, além da sua efica-

cia no tratamento das molestias, custam muito mais barato do que os produtos produzidos pelos laboratórios. E posso afirmar a V. Exa., nobre deputado, que no curso de 40 anos em que exerceo a medicina, pude comprovar que os produtos que provêm da natureza são muito mais ativos que os fabricados em laboratórios, com exceção de alguns destes que são de fato indispensáveis. Portanto, acho que seria muito mais interessante que todos os médicos, ao receitarem medicamento, para os seus doentes, procurassem fazê-lo com remédios da flora medicinal brasileira, dadas as garantias e os benefícios que eles trazem para a maioria dos casos. Este é o aparte que desejava oferecer a V. Exa., ao mesmo tempo em que o felicito por tão oportuno discurso.

O Sr. ARISTIDES TRONCOSO PERES — Muito obrigado pelo seu aparte.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nem mesmo os diversos setores que compõem a saúde pública do Estado desconhecem esta realidade. Sabem que é proibitivo o custo da droga nas farmácias. E sabem também que o Estado está em condições de fabricar essas mesmas drogas. Ainda hoje, fui informado por um ilustre homem da saúde pública, que no Juqueri, comprando-se todos os medicamentos necessários, gastaríamos 135 milhões de cruzeiros, e que se o Estado os produzisse, gastaria apenas 35 milhões. Portanto, uma economia de 100 milhões de cruzeiros.

Já começa a se movimentar, também, o setor governamental. E tenho a impressão de que não estaremos longe de atingir o almejado objetivo, que é aquele da produção de medicamentos para serem fornecidos à população mais pobre do Estado e por um preço bem mais acessível.

Homens como Odair Pedrosa, do Hospital das Clínicas, homens como Cimino Filho, do Hospital das Clínicas, levam às Santas Casas a esperança de terem, em consórcios regionais, a sua indústria farmacêutica. E uma vez que o primeiro grupo de Santas Casas — e este será o da região da Mojiana em São José do Rio Pardo — tenha o êxito que todos desejamos, as demais se congregarão e o êxito deste empreendimento há de eocar e chegar até esta Capital. E o governo de então sentirá que se um grupo de Santas Casas pôde realizar esta obra, com muito mais razão poderá o Estado, porque está em melhores condições, tem mais recursos, nada lhe falta, é o todo-poderoso.

No dia em que isto ocorrer, e só neste dia, teremos realmente uma assistência médica no Interior do Estado. Basta que se tenha em mente este quadro, esta realidade: aquilo que se gasta para tratar 500 doentes bastará para tratar 5 mil doentes, desde que as Santas Casas, ou o governo, se proponham eles próprios, a fabricar os produtos farmacêuticos, o que não é nenhum bicho de sete cabeças, porque já o meu velho tio farmacêutico sabia como fazer uma pílula.

O Sr. ARRUDA CASTANHO (Para comunicação) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, tenho a honra de comunicar a V. Exa. e à douta Mesa, para os fins regimentais, que a bancada da União Democrática Nacional, hoje especialmente reunida, por unanimidade de votos escolheu para liderá-la, na presente sessão legislativa, o deputado Camilo Ascar, reconduzido ao posto. E, para os cargos de 1.º vice-líder e 2.º vice-líder, indicou os deputados Francisco Salgot Castillon e Paulo de Castro Prado, respectivamente.

O Sr. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Troncoso Peres. (Pausa). Não havendo mais oradores inscritos para discutir...

O Sr. CARDOSO ALVES — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir e cedo o meu tempo ao nobre deputado Arruda Castanho.

O Sr. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Arruda Castanho por 30 minutos, por cessão do nobre deputado Cardoso Alves.

O Sr. ARRUDA CASTANHO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos tratando de um projeto que tem importância e é uma proposição polêmica. Infelizmente, Sr. Presidente, os deputados continuam os mesmos. São os mesmos Srs. Deputados que dão número para o funcionamento desta Assembleia, que estão assentados nesta Casa. São os inválidos deputados que conseguem a abertura das sessões da Assembleia e o prosseguimento dos trabalhos. (Muito bem!) Hoje, a Assembleia não teve aberta a sua primeira sessão. E não a teve porque faltou número regimental para a sua abertura. Faltou-se que o momento político nacional é de inquietação. Realmente, inquieta muito os poderosos. (Muito bem!), inquieta muito os latifundiários, inquieta os donatários das capitulções, os donos de se-marias, inquieta aqueles que têm muito e que exploram os que têm pouco. Inquieta aqueles reacionários ortodoxos, radicais, que não concordam que se leve nenhuma tise nova ao povo. (Muito bem!) Inquieta!

Havia um homem neste país, chamado Sr. João Belchior Goulart, que servia de chacota. Servia de chacota!

Havia vários homens neste país que eram tidos como bandeiras. Um deles é o meu prezado amigo e correligionário, homem pelo qual tenho grande admiração, o Sr. Jânio da Silva Quadros, mas que neste momento da vida brasileira não fez um pronunciamento. (Muito bem!) Estamos esperando o pronunciamento do Sr. Jânio da Silva Quadros.

Outro homem é o Sr. Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto. Homem que é candidato, não é candidato? Ora está no seu retiro do Jardim Graciosa, ora no seu ministério de Atibaia criando os ovinhos das galinhas, e que é cotado para ministro, para presidente, para prefeito, para qualquer cargo possível desta República.